Diagnóstico acerca da situação geral dos Órgãos de Controle Interno municipais

O Projeto InterAgir é parte do objetivo estratégico de aprimorar e fortalecer a efetividade dos Tribunais de Contas, e busca contribuir para a melhoria da gestão municipal, possibilitando uma maior interação entre os ambientes de controle externo e interno.

O RELATÓRIO

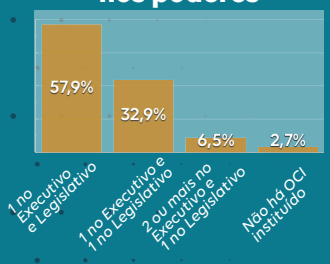
Objetivo: Conhecer a situação geral dos Órgãos de Controle Internos (OCI) dos municípios brasileiros.

Forma: O diagnóstico foi feito através da análise de respostas dadas pelos municípios ao questionário eletrônico InterAgir.

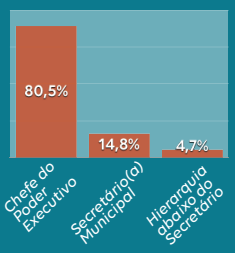
Percentual de municípios que responderam ao questionário

ESTRUTURAÇÃO DO OCI MUNICIPAL

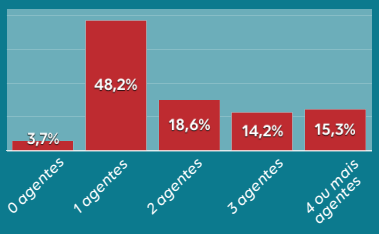
Unidades atuando nos poderes



Vinculação



Número de agentes



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos etc.	84%
Acompanhamento da remessa de dados e informações a órgãos de controle.	80%
Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades.	74%
Verificação do cumprimento de decisões do Tribunal de Contas.	69%
Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares.	66%
Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual.	55%
Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais.	50%
Exame de prestações de contas de diárias.	47%
Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados.	46%
Avaliação da execução dos programas de governo.	44%
Acompanhamento do controle de frequência de pessoal.	42%
Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado.	35%
Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados.	32%
Exame de prestações de contas de adiantamentos.	30%
Controle dos direitos e haveres da unidade.	27%
Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade.	26%
Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão.	24%
Exame de prestação de contas dos consórcios públicos dos quais o Município seja consorciado.	21%
Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relotação, readaptação).	19%

CRITÉRIOS DE SELETIVIDADE

As fiscalizações e ações são realizadas considerando critérios de seletividade?

Concordo parcialmente	40%
Concordo totalmente	34%
Discordo parcialmente	7%
Discordo totalmente	6%
Não concordo nem discordo	13%

EFETIVIDADE DAS AÇÕES

Índice de concordância dos OCI em relação a suas principais ações
De 0 - 4

No caso de inconformidade, ocorre encaminhamento adequado	3,4
Informações relevantes são encaminhadas às pessoas competentes	3,4
Acesso a informações e sistemas necessários	3,3
Procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos	3,3
Resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados	3,2
Resultados das ações do controle interno são utilizados para melhorias	3,2
Participação do controle interno em situações do cotidiano da gestão	3,2
Atividades independem dos gestores	3,2

ACESSO A INFORMAÇÕES

Quem dificultou a obtenção deinformações e documentos para a realização dos trabalhos do OCI?

Ninguém atrapalhou	79,8%
Funcionários da própria unidade fiscalizada	8,7%
Gestores da própria unidade fiscalizada	8,7%
Fornecedores ou prestadores de serviço	3,2%
Funcionários de outras unidades do Município	3,2%

ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

De 0 - 10

Apoio no fortalecimento da atuação do Controle Interno	6,23
Atuação conjunta entre o TC e o Controle Interno	6,43
Capacitação dos controladores	5,88
Facilidade no envio das informações exigidas pelo TC	7,76
Incentivo do Tribunal de Contas para o fomento do controle social	6,68
MÉDIA	6,60

Conclusão: O diagnóstico revela que é necessário uma melhor estruturação dos OCI e maior interação desses com o controle externo, particularmente no fortalecimento do Controle Interno e na atuação conjunta entre os tribunais e as unidades de controle interno municipais.

Encaminhamento: É proposto à presidência da Atricon que considere emitir Nota Recomendatória Conjunta aos tribunais de contas e que implemente mecanismos de avaliação e acompanhamento e o monitoramento contínuo da estruturação do sistema de controle interno municipal.